

1888

# O DIA SEGUINTE

2021

SÃO PAULO, SEXTA FEIRA, 14 DE MAIO DE 2021



CENTRO CULTURAL SÃO PAULO - EDIÇÃO Nº1



▣ RAY CARVALHO

## E por que um jornal negro?

Em 13 de maio de 1988 a propaganda da criança negra, risonha, veiculada com destaque nos mais importantes jornais anunciava: “Este sorriso foi liberado para menores de 100 anos”.O anúncio, seguido do texto: “Esse sorriso, esse jeito de andar, essa música, esse tempero, esse sotaque, essa dança, essa alegria, essa religião, essa cor: faz 100 anos que o Brasil foi liberado para todos os brasileiros” era mais um dos que compunham o escopo de homenagens ao centenário da Lei Áurea.

Ao passo que o outdoor brilhantemente registrado por Lázaro Roberto, membro do Zumbi Acervo Fotográfico, produzido pelo Movimento Negro Unificado (MNU), Grupo Ginga e o Bloco Ilê Ayiê manifestava em letras garrafais:

#### “A PRINCESA ESQUECEU DE ASSINAR A NOSSA CARTEIRA DE TRABALHO”

Uma rápida pesquisa nos acervos de imprensa nos apresenta uma gama de notícias, resenhas, entrevistas, charges, programações e imagens sobre o período pós abolição e de certa forma nos causa a sensação de que narrativas não nos faltaram. O que questionamos aqui é como a branquitude nos roubou o direito de contar a própria história. Apesar de apresentar uma seqüência de fatos históricos, este material contribui, ainda no presente, para o imaginário do colonial mito da democracia e liberdade racial; é de nosso conhecimento a habilidade tendenciosa da imprensa quando responsável por noticiar a negritude e suas constituintes.

Em “Olhares Negros: raça e representação”, bell hooks propõe que fiquemos alertas à imagem, narrativa e representação do negro. Segundo a teórica feminista, “da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial”. É preciso transformar as imagens e apresentar alternativas críticas. É essencial questionar qual foi o espaço efetivamente dado aos negros para apresentar sua imagem dentro da história do Brasil e entender de que maneira os veículos de comunicação (aqui especificamente a imprensa - o jornal) colaboraram para a manutenção do projeto de modernização da engrenagem que impulsiona o racismo.

A produção desta publicação é motivada por coletivamente subverter e questionar o imaginário e as narrativas construídas a respeito dos períodos da escravidão, abolição e conforme pede o título, do pós abolição. Instigada em questionar os jornais e materiais de imprensa – mas não só –, esta publicação metaforicamente se veste de jornal, não necessariamente para seguir os moldes e protocolos de um, mas propondo que todos pessoas negras o ocupem como assim deveria ser. O jornal faz parte de uma rica e necessária programação – que do mesmo modo faz O dia seguinte como nome – que ocupará as plataformas digitais e o prédio do CCSP

Mas vejamos também as tecnologias e estratégias de sobrevivência (e de abundância) desenvolvidas pelas pessoas e coletividades negras que nos antecederam. Qual o papel dos clubes sociais negros das primeiras décadas após a abolição? Como operaram as irmandades religiosas e redes de solidariedade de homens e mulheres preta/os do período? A imprensa negra, que temas pautou? Intelectuais negros, políticos negros, escritores negros: quem eram? Como se posicionaram? Os grupos culturais das mais diversas naturezas, do maracatu rural ao funk contemporâneo, como se articularam?

Mergulhados nesse universo de questões, organizamos uma intensa programação multidisciplinar convidando o público do Centro Cultural São Paulo a deslocar o holofote por anos dispensado ao 13 de maio e jogar luz sobre o dia que lhe sucedeu, o after, aquilo que, baixada a poeira, permaneceu lá. Bem como aquilo que, de lá pra cá, vem mudando, apesar de todo não. Como cantou Lazzo, com seu grave inconfundível, tão suave aos ouvidos:

# O DIA SEGUINTE

SÃO PAULO, SEXTA FEIRA, 14 DE MAIO DE 2021 - CCSP

▣ HÉLIO MENEZES

## 14 de Maio

“No dia 14 de maio ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder”

Ray Carvalho

A gravidade da voz de Lazzo Matumbi imprime aos versos que fazem as vezes de epígrafe a este texto um tom solene, quase ritual, fazendo ecoar a denúncia, resiliência e tentativa de interrupção da história que a letra da canção invoca e convida a realizar. O tema – o dia seguinte à sanção real que aboliu legalmente (mas não substantivamente) o regime da escravatura no Brasil –, deveria ser nosso velho conhecido. Mas não é. Muito ainda se fala sobre o 13 de maio. Não raras vezes, em tom cívico-romântico, celebratório, quando não de todo falso, como na lorota que recria a imagem da sra. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon como uma princesa de pura bondade, uma quase-santa branca e dadvosa, que numa canetada rompeu os grilhões da escravidão. Oh!

Apesar dos esforços dos movimentos negros, dos edifícios de memória legados pela ancestralidade-viva, pelas estratégias de revisita historiográfica de nossas intelectuais, pouco se fala das longas e variadas formas de luta negra por liberdade que antecederam, pressionaram e precipitaram as discussões parlamentares que levaram ao fim (jurídico) da escravidão naquele dia. Da queima de engenhos à organização de quilombos, da fuga individual à revolta coletiva, do envenenamento de senhores ao abolicionismo organizado, onde houve escravidão, houve resistência. Fora dos círculos negros, se fala menos ainda a respeito do dia seguinte, da vida depois que “a festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu, a noite esfriou”.

Fato é que a Lei Áurea, apesar do nome, não reluziu por muito tempo. Desacompanhada de qualquer política que garantisse condições mínimas de inserção socioeconômica aos agora ex-escravizados, tampouco de uma reparação à barbárie que lhes foi impingida (e a seus ancestrais) por mais de três séculos, a liberdade que a lei. 3.353 de 1888 prometeu foi uma espécie de rojão molhado. Difícil de acender, mais ainda de projetar, relegando um rastilho de desigualdades racializadas que se estende e reinventa até os dias correntes. Se o 13 de maio foi motivo de celebração, o 14 se inscreveria no calendário nacional como o dia que nunca terminou.

Tal como o racismo antecedeu e preparou terreno para a ideia de raça (e não o contrário, repare), a suposição de igualdade perante a lei lastreou a negação do óbvio: que o racismo fundante e estrutural da sociedade brasileira prescinde do corpo da lei, mesmo de intencionalidade, para ainda assim acontecer. Pois se fez impregnar no cotidiano, linguagem, retinas. A paisagem do dia seguinte, inalterada em relação à véspera, fez conviver entre nós uma fábula de cordialidade e democracia racial em evidente descompasso e dissociação com o genocídio que caracterize o embaraçoso real em que estamos, ainda, mergulhados como sociedade.

Há décadas, diferentes frentes do movimento negro têm utilizado a factualidade do dia seguinte (ao 13) como metáfora de um passado-contínuo que fez/faz prolongar os efeitos da cultura escravocrata para muito além da oficialidade de seu remate: a abolição de jure não significou uma abolição de facto. No Brasil, último país das Américas a findar legalmente o cativeiro, a violência (física, simbólica, cultural) continuamente perpetrada contra pessoas e coletividades negras, permite afirmar, sem firulas ou escusas formalistas, que ainda vivemos num longo período pós-abolição, num ainda não-cicatrizado e violentíssimo dia seguinte.

Vejamos os índices nacionais de educação, moradia, saúde, emprego, renda, expectativa de vida, encarceramento, vítimas de homicídio, da inapetência do governo em combater a pandemia etc. etc. etc.: pessoas negras seguem compondo, ontem como hoje, a maioria da base da pirâmide. Nem mesmo as conquistas nesses últimos 133 anos (e olha que não foram poucas) dão conta da disparidade histórica.

Mas vejamos também as tecnologias e estratégias de sobrevivência (e de abundância) desenvolvidas pelas pessoas e coletividades negras que nos antecederam. Qual o papel dos clubes sociais negros das primeiras décadas após a abolição? Como operaram as irmandades religiosas e redes de solidariedade de homens e mulheres preta/os do período? A imprensa negra, que temas pautou? Intelectuais negros, políticos negros, escritores negros: quem eram? Como se posicionaram? Os grupos culturais das mais diversas naturezas, do maracatu rural ao funk contemporâneo, como se articularam?

Mergulhados nesse universo de questões, organizamos uma intensa programação multidisciplinar convidando o público do Centro Cultural São Paulo a deslocar o holofote por anos dispensado ao 13 de maio e jogar luz sobre o dia que lhe sucedeu, o after, aquilo que, baixada a poeira, permaneceu lá. Bem como aquilo que, de lá pra cá, vem mudando, apesar de todo não. Como cantou Lazzo, com seu grave inconfundível, tão suave aos ouvidos:

“Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu”

Hélio Menezes



#### “A PRINCESA ESQUECEU DE ASSINAR A NOSSA CARTEIRA DE TRABALHO”



Ray Carvalho

Ator (Universidade Anhembi Morumbi), educador social (Senac), produtor cultural e assistente da curadoria de Artes Visuais no Centro Cultural São Paulo.

Foto: Raul de Lima



Hélio Menezes

Hélio Menezes é antropólogo e internacionalista, curador de Arte Contemporânea do Centro Cultural São Paulo e Affiliated Scholar ao BrazilLab, da Universidade de Princeton.

Foto: Iano Coimbra

Nabor Jr



▣ NABOR JR

## Nas folhas negras, os anseios, desejos e contradições de um povo

Nabor Jr

Desde 1535, ano em que os registros históricos apontam como o início do tráfico de africanos escravizados para o Brasil, o lema "Liberdade, Igualdade, Fraternidade", que viria a ser invocado pela primeira vez mais de 200 anos depois, durante a Revolução Francesa (1789-1799), permeia, mesmo que inconscientemente, o desejo de mulheres e homens negros, livres, libertos e escravizados, nascidos ou sequestrados para o Brasil, por uma nação efetivamente acolhedora, justa e democrática. Um povo e um país capazes de romper com o ciclo que retroalimenta o racismo e a violência em nossa sociedade desde que as primeiras caravelas portuguesas aqui aportaram.

Brutalmente reprimida por mais de 300 anos, essa utópica tríade em nossas terras motivou uma série de corajosas ações negras insurgentes e emancipatórias. Ao passo que o país se tornava o maior território escravista do hemisfério ocidental, teve sopros de esperança especialmente ao longo do século 19. A pressão internacional pelo fim do regime escravocrata, a promulgação de “leis para inglês ver”, as improváveis adesões à campanha abolicionista e, principalmente, a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, eram movimentos que, diante de uma realidade nebulosa, induziam ao otimismo negro.

Mas quando finalmente o dia 14 de maio de 1888 raiou no Brasil, a liberdade cantou, mas não sorriu. Paralelamente ao gesto da Princesa Isabel, efetivou-se mais um passo para a modernização do racismo no país, já que ao conceder a pseudoliberdade, essa mesma Lei simultaneamente, por desinteresse político e econômico, tirava de ex-escravos e seus descendentes a possibilidade de ascensão social, acesso à terras, bons empregos, moradia decente, educação, saúde e outras oportunidades disponíveis aos brancos.

É fato também que antes, durante e depois da assinatura da Lei Áurea, em reação aos projetos políticos que, ora visavam perpetuar o sistema escravocrata no país, e ora criava novas leis que alimentavam as práticas discriminatórias e/ou incentivavam a imigração de europeus com o fim de extinguir a presença negra no Brasil - a comunidade negra sempre forjou mecanismos de sobrevivência e sociabilidade para continuar aqui existindo. A criação de uma imprensa própria, alternativa, auxiliar, capaz de atender os anseios e reivindicações dessa população foi uma dessas iniciativas.

O primeiro aceno aconteceu em 1833, no Rio de Janeiro, com o jornal “O Homem de Cor”. Fundado pelo tipógrafo e escritor Francisco de Paula Brito e considerado o primeiro veículo da imprensa negra no país, esse periódico, assim como as outras folhas negras que a sucederam, refletiam também a heterogeneidade, as contradições e os interesses políticos e ideológicos dos negros do país. Por esta razão, além da importância histórica, ao ousarem tratar e documentar os “problemas do negro”, esse movimento editorial é também, respeitada suas limitações, reflexo dos sentimentos de parte da população negra nos períodos que compreendem a assinatura da Lei Áurea.

Nabor Jr



Em 14 de setembro de 1833, data da publicação do primeiro edição do jornal, o anseio de um país livre da escravização ainda era apenas um sonho, mas a imprensa negra já registrava em suas páginas, por exemplo, o desejo que homens livres e libertos desfrutassem igualmente dos mesmos direitos dos brancos, conforme aponta o cabeçalho que acompanhou ou poucos números que a publicação teve, onde constava a transcrição do parágrafo 14º, do artigo 179, da Constituição de 1824: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”.

Se pegarmos a trajetória dos “órgãos dedicados aos homens de cor” nascidos no estado de São Paulo como exemplo desse reflexo dos sentimentos negros entorno dos desdobramentos do dia 13 de maio de 1888, veremos dois casos curiosos e emblemáticos. Editados quando a divisão entre livres, libertos e escravizados tinham acabado de deixar de existir formalmente, os periódicos “A Pátria” e “O Progresso”, respectivamente lançados em 1889 e 1899, traziam, mediante um debate racial, opiniões de homens negros em meio a dois momentos especiais: a abolição e a República.

Pouco mais de um ano após a promulgação da lei, surgia na cidade a segunda edição do jornal “A Pátria”. A campanha abolicionista recebeu destaque, a ponto da sua primeira página ser toda reservada à “homenagem aos grandes abolicionistas”. Na mesma edição, porém, a alegria e o entusiasmo eram divididos com análises mais realistas dos fatos: “Ontem deram liberdade ao escravizado, mas esqueceram-se de que o liberto, que se transformara em cidadão, tem direito e precisão de ter uma pátria. Sim, quem mais do que eles têm direito sobre o solo em que pisam?” (A Pátria, n.2, p.2)

Com seus principais líderes politicamente vinculados aos ideais integralista e monarquista vigentes à época e em meio a contradições ideológicas, o jornal “A Voz da Raça”, órgão oficial da Frente Negra Brasileira, nascido em 1933, é um dos primeiros periódicos negros de São Paulo, junto com “O Clarim d’ Alvorada”, de 1924, a reivindicar aos antigos negros escravizados a abolição, buscando reforçar juntos aos leitores a dívida de gratidão aos seus antepassados, e não à Princesa Isabel, como comumente ocorria.

Após o Estado Novo (1937-1945) e, especialmente, depois da Ditadura Militar (1964-1985) – e corajosamente no epicentro do regime também, impulsionada por movimentos de repercussão global como o “Négritude”, “Black is Beautiful” e, posteriormente o movimento Hip Hop e a literatura, a imprensa negra no Brasil, sem rodeios e falsas esperanças, mesmo diversificando seus interesses ao longo dos tempos, se insere como uma das importantes frentes da luta do negro sob o signo do que veio a ser chamado de a “Segunda Abolição”.

Publicado durante a Ditadura Militar, o valente “Jornegro” (1978), por exemplo, em sua edição número 12, num especial sobre o dia 13 de maio de 1888, denunciava o genocídio negro com uma capa exibindo ilustrações de violência policial. Nos anos 1980, inflamados pelo nascimento do Movimento Negro Unificado (MNU), uma das emblemáticas capas da revista Êbano, por exemplo, trazia em letras garrafais: “Mãe preta, a sua teta já secou!”.

Na mesma esteira, iniciativas surgidas à luz do século XXI como o “Irohin”, “Geledés”, “Alma Preta”, “Correio Nagô”, entre tantos outros que apesar da circulação restrita e penetração limitada à comunidade a que se destina, seguem exercendo a função social, política e catártica que marca a trajetória da imprensa negra no Brasil. Acessar esses veículos é, portanto, medir a temperatura dos anseios, reivindicações e contradições negras ao longo dos anos. Mais do que isso, é ter certeza de que essa população jamais esmoreceu ou foi inerte. Pelo contrário, sempre se insurgiu. E ainda hoje o faz, afinal: “nossos motivos para lutar ainda são os mesmos”.



Nabor Jr

Jornalista com especializações em Comunicação Jornalística (Fundação Cásper Líbero), Jornalismo Cultural (FAAP) e História da Arte: Teoria e Crítica (Centro Universitário Belas Artes). Fundador e codiretor da revista O Menelick 2º Ato, editor da revista de teatro negro Legítima Defesa e fotógrafo.

Foto: Acervo pessoal

▮ JULIANA BORGES

# A falsa abolição e o encarceramento em massa como controle da população negra

Imagine que durante toda a sua existência, desde que se entende como pessoa, você trabalhou para uma família sem receber nada por isso. Você relaciona seus primeiros passos a alguma relação de subserviência e tão logo alcançou a puberdade, já foi posicionada para trabalhos que garantiam a sobrevivência de todos ao redor. Seu ambiente passou a ser condicionado e limitado à cozinha e à área de serviço. Suas roupas eram as que alguém já não queria mais. Ao passo que você crescia, você percebia que aquela situação era ultrajante. E ao passo que se opunha aquilo, era duramente punida, submetida a castigos físicos e psicológicos, detal modo que sua visão sobre si mesma também passou a ser afetada por aquilo. Mesmo indignada, por vezes, pensava que deveria ter feito algo para aquilo acontecer e negava tudo que consigo parecesse.

O atravessamento psicológico diante daquela vivência afetava sua percepção de mundo, suas decisões e escolhas. Por parte da sua vida, você viveu sob essas condições. Até que conseguiu estabelecer contato com outras que também viviam desse modo e até algumas alianças. Por uma denúncia anônima, libertaram você e suas companheiras daquela situação. Você estava livre. Nada poderia interromper aquela alegria, o alívio por ser livre. E nesse carnaval da liberdade, você e suas amigas celebram por dias. Suas histórias saíram em jornais, crônicas foram inspiradas por suas histórias, denúncias sobre o descaso às condições de trabalho de milhares foram feitas em muitas redes sociais, em perfis de personalidades. Uma festa que parecia sem fim. Passadas algumas semanas, vocês olharam ao redor e perceberam que não tinham para onde ir, não sabiam por onde começar, não tinham uma rede para recorrer, não tinham onde morar. Nenhuma ação foi tomada pelo Estado em defesa dos seus interesses. Se perceberam desamparadas. Os seus ex-patrões, que agiam como seus donos, lhes ofereceram os mesmos postos de trabalho, com jornadas ainda extenuantes, mas pagando um valor que não lhes garantia pagar o necessário para viver. Assim, você e suas companheiras, agora livres, optaram por morar no quartinho que por anos foi, em verdade, seus cativeiros ou por morar em moradias precárias, de terrenos invadidos próximos ao trabalho. E assim foi.

Nada do que foi dito no parágrafo anterior é narrativa fantasiosa. Talvez, o único ponto em tudo isso seja o fato de você que está lendo ter que se colocar nesse lugar. O chamado exercício da empatia. Ou da tentativa de assim fazê-lo.

Em 18 de maio de 1888, Machado de Assis publicou uma crônica que foi ao ponto: as coisas haviam mudado para manter tudo como sempre foi. Em sua crônica, o bruxo do Cosme Velho apresentava a personagem principal que havia tomado carona nos ventos do momento e decidiu alforriar o escravo que tinha, Pancrácio. Ofereceu banquete para amigos, recebeu cartas de reconhecimento ao feito e manteve o, agora, e teoricamente, ex-escravizado em sua casa por um valor irrisório.

Na crise do sistema escravocrata, muitas foram as movimentações dos pertencentes ao grupo dominante para garantir a manutenção de privilégios baseados em hierarquias raciais. Em 1831, foi aprovada a primeira Lei Criminal brasileira. Em país já independente, mas com a escravidão ainda em exercício, o código, ainda que não explicitamente, garantia brechas para tratamento diferenciado entre brancos e negros, entre livres e escravizados – sendo a criminalização destes utilizada, inclusive, como meio de questionamento ao regime escravocrata. Ora, se não reconhecidos enquanto cidadãos, valeria o controle pela lei? E se valeria, então seriam cidadãos? E se cidadãos, por quê escravizados?

Dos pontos principais para a manutenção dessa estrutura de privilégios e detenção do poder existiu a promulgação da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. O grupo dominante era composto majoritariamente por proprietários de escravizados. Contudo, sob o argumento de uma necessária regulamentação fundiária, a Lei de Terras ampliou os poderes oligárquicos realizando a transição de elites escravocratas para elites fundiárias, donas de terras. Com isso, a lei concentrou o poder de terras, tornando difícil o acesso à terra aos trabalhadores.

A título de exemplo para reflexão, o processo de abolição dos Estados Unidos previu uma parte indenizatória em terras aos ex-escravizados; ao passo que, no processo brasileiro, vimos a completa interdição da possibilidade de posse de terras para ex-escravizados, tendo em vista a concentração promovida anos antes de 13 de maio de 1888. Outro exemplo é o decreto promulgado em 1893, que determinava a detenção de vagabundos, vadios e capoeiras. Em 1899, outro decreto promulgado negava fiança para os detidos sob essa tipificação. Quem compunha a massa de pessoas sem qualquer perspectiva e oportunidades de emprego, após um processo de abolição que não garantiu qualquer integração à sociedade brasileira?

Importante ressaltar que o racismo se realiza pela ação discriminatória, que pode ser direto ou indireto, conforme descreve Silvio Almeida no livro “Racismo Estrutural”. Ou seja, com ações abertamente discriminatórias, como as leis segregacionistas nos EUA, pós-período da Reconstrução; ou pela omissão do Estado, uma ação de “não fazer” que precariza vidas e as desumaniza, colocando-as à mercê de toda forma de exploração e, até, de seu extermínio. A premissa, portanto, é a de que o racismo é adaptável, uma estrutura que não é fixa, mas relacional. Ou seja, o racismo é uma estrutura que para preservar poder e privilégio entre os que se beneficiam dela, permite concessões diante de tensionamentos e conflitos, ou seja, transformações que, efetivamente, pouco mudam nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas cotidianas. Uma estrutura que tem no colapso um momento de reformulação e reordenamento para manutenção e aprofundamento. Assim, nesses momentos de transição ocorrem disputas e os comprometidos com a manutenção dos privilégios, que buscam meios para obter e manter suas posições nessas hierarquias.

Com isso, raça é o elemento aleatório escolhido para promover distinção e hierarquização. Nas discussões para a reforma do Código Penal de 1940, foi relançado livro da eugenista Nina Rodrigues sobre patologização do crime para pressionar pela manutenção de regimes e penas diferenciadas pela racialização e pretensa distinção entre superiores e inferiores, brancos e negros. O colorismo é uma outra tecnologia desenvolvida para sustentar hierarquias e um complexo sistema de privilégios. Conforme aponta a intelectual Alessandra Devulsky, em seu recente livro “Colorismo”, esse mecanismo estabelece diferenças com desigualdades entre grupos, sendo, como a própria afirma, um “subproduto rançoso do racismo”. Seu funcionamento hora concentra, hora dilui os grupos racializados e hierarquizados. Por concentração, compreendemos o resultado da racialização que cria uma hierarquia extra-grupos. Ou seja, é a construção de paradigma do branco-positivo versus o negro-negativo; ou de nós e eles, de modo a concentrar de forma planificada todos os que não se enquadram no paradigma ideal (branco, europeu, ocidental, heterocis, burguês). Por diluição, compreendemos uma sofisticação do colorismo como uma inteligência de tensionamento intragrupos, ao diluir essas identidades, por um sistema de classificação interna que estabelece uma escala de aceitação (ou de suportáveis), e até de passabilidade a determinados indivíduos do grupo.

A criminalização, a partir das imagens de controle construídas pela racialização, e que desemboca no processo de encarceramento em massa é um outro processo de determinação de lugares sociais de grupos e do pleno funcionamento e manutenção do sistema de privilégios. No Brasil, temos explicitamente a lei e a ordem como lemas da República. E isso significa dizer que há todo um processo paulatino e constante de controle e militarização de territórios periféricos e majoritariamente negros. O processo é tão complexo que as comunidades negras, atravessadas por essas dinâmicas da violência, também acabam por apoiar as propostas de endurecimento ao crime. O que nos alude ao exemplo de como a estrutura conforma, também, as subjetividades dos indivíduos e grupos por ela impactados na opressão.

A escolha da guerra às drogas é o expediente ideal para se combater um “inimigo” anteriormente estabelecido. A mídia, portanto, tem papel importante para construir a sustentação social a essa política, ao trabalhar constantemente os estereótipos que associam perifé-



Juliana Borges

Escritora, estuda política criminal, membra-fundadora da Articulação Interamericana de Mulheres Negras na Justiça Criminal Consultora do Núcleo de Enfrentamento, monitoramento e memória de combate à violência da OAB-SP e conselheira da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas e da Plataforma Brasileira de Política de Drogas. Autora dos livros “Encarceramento em massa” e “Prisões: espelhos de nós”. Foto: Divulgação

ricos, negros e indígenas à criminalidade. Poucos minutos assistindo aos programas policiais na TV aberta e a percepção é rápida de que pela chacota e exposição se constrói a desumanização dos que são expostos. Assim, os crimes de drogas passam a ser, na contemporaneidade, das principais causas das altas taxas de encarceramento, sob os mitos de que a guerra às drogas tem como objetivo: acabar com o tráfico e de que é sobre combate a substâncias perigosas.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública, em 2014, demonstrou que a maioria das apreensões de substâncias realizadas no Rio de Janeiro foram pequenas quantias – em 50% dos casos a quantidade não passava de seis gramas de maconha. Em realidade, o que temos sob o discurso de combate às drogas é a militarização de territórios, a expansão do Estado Penal e do controle e extermínio de grupos populacionais.

O encarceramento em massa é, portanto, uma discriminação racializada. Conforme aponta a intelectual Michelle Alexander, se a escravidão era a exploração e controle do trabalho negro; o encarceramento é o armazenamento da população considerada descartável. Portanto, um ponto de inflexão necessário é de que não se trata se pessoas inocentes estão sendo presas, mas de que milhares de pessoas são jogadas no sistema pela lei de drogas, sem que leve em consideração se culpadas ou inocentes; o uso abusivo de prisões preventivas, muitas vezes abusivas e que deixam pessoas presas e sem julgamento por anos. No Brasil, um terço da população prisional é composta por presos provisórios, muitos dos quais acabam sendo inocentados ou têm seus processos arquivados. De modo que a ideia de relação entre crime e punição precisa ser contestada.

O Sistema de Justiça Criminal e os aparatos de (in)segurança não são constituídos para prevenir e punir crimes, mas para gestionar controle dos subalternizados. Se, por um lado, a discriminação racial passa a ser considerada, também, uma prática criminosa; por outro, a discriminação aos criminosos é amplamente aceita. Mesmo que, com isso, o grupo alvo dessa discriminação e criminalização permaneça o mesmo. A manutenção simbólica da raça é produzida de tal modo que, sob o sistema escravocrata ser negro significava ser escravizado; e sob o encarceramento em massa, ser negro relaciona-se a ser criminoso. É exatamente essa a equação que observamos nas abordagens policiais cotidianas e nos altos índices de homicídios de jovens negros no país.

Diante disso, precisamos nos debruçar diante das questões que marcam profundamente a manutenção de desigualdades sociorraciais em nosso país. Aliás, compreender que sem superarmos o racismo não será possível superar as desigualdades e promover mudanças estruturais em nossa sociedade. Para isso, enfrentar a temática das motivações da guerra às drogas e do encarceramento em massa é uma tarefa urgente. Romper silêncios sobre as prisões e sobre racismo é o primeiro passo, questionar-se sobre a política criminal e de (in)segurança que não são sobre combate ao crime, mas sobre violência, controle e poder. De outro lado, não há como discutir o fim da guerra às drogas sem também defender e promover o debate sobre reparação das comunidades e grupos histórica e cotidianamente afetados por essa política.

Se a nós é chocante pensar em nós mesmos vivendo a história da personagem do início do texto, por que permitimos que isso aconteça, ainda, a tantos outros e outras todos os dias? O exercício de olhar-se no espelho não é o de promover culpa, mas o de promover reflexão, reconhecimento e ação de transformação. Ou seguiremos um país em que o racismo segue emaranhadamente sutil, para citar Beatriz Nascimento, e profundamente desigual. Se outro horizonte é possível, romper com o mito da abolição é o primeiro passo de ato de esperança freiriana, ou seja, daqueles que não esperam, mas promovem o futuro desejado.



▮ PRETA RARA

# A senzala moderna é o quartinho da empregada

O trabalho doméstico no Brasil é desempenhado majoritariamente por mulheres negras e não é por acaso. Em um país onde os processos pós-escravidão se deram sem políticas públicas efetivas para garantir a existência e sobrevivência da população negra, herdamos ainda nos dias atuais o gosto amargo de conviver como uma abolição inconclusa. O que eram os escravizados domésticos responsáveis pelo cuidado e zelo com a casa de seus algozes, hoje são as trabalhadoras domésticas repetindo esse ciclo de opressão.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil possui o maior número de empregadas domésticas do mundo, com 7 milhões de trabalhadoras vivendo ainda sem os direitos básicos assegurados para a profissão. Os resquícios coloniais ainda estão impregnados nesta relação de trabalho, que muito se assemelha ao tratamento dado aos negros escravizados. Muitas trabalhadoras são privadas de se alimentar, usar o banheiro da casa dos patrões e até de entrar no elevador social.

Com a pandemia da Covid-19 muitas delas têm sido forçadas a passar meses confinadas no serviço, sem poder voltar para a casa e sem remuneração pelas horas extras de trabalho árduo. O Sindicato das Empregadas Domésticas da Bahia recebeu pelo menos 28 pedidos de socorro de trabalhadoras confinadas na casa de seus patrões durante o agravamento da crise sanitária em 2021. O medo dos patrões é de que as funcionárias se contaminem e levem o vírus para a casa deles.

No período pandêmico também veio à tona uma série de casos de pessoas mantidas por anos em cárcere privado, sem nenhuma dignidade. Não por acaso a primeira morte provocada pela contaminação do coronavírus no Rio de Janeiro foi de uma trabalhadora doméstica, que contraiu a doença através dos próprios patrões, que mesmo cientes do diagnóstico deles nada fizeram para proteger a funcionária.

O trabalho doméstico no Brasil é encarado com inferioridade até pelo Estado brasileiro, que estrutura diversas opressões. Prova disso é que até 2015 não existiam leis trabalhistas específicas para a categoria. Cabe aqui ressaltar que na criação da Proposta de Emenda Constitucional, a PEC das Domésticas, o único a votar contra as propostas apresentadas de garantia de direito dessas trabalhadoras foi o então deputado federal Jair Bolsonaro, atual presidente da República.

A vulnerabilidade social latente mesmo passados 133 anos da abolição da escravatura faz com que mulheres negras ainda se submetam a trabalhos desumanos para garantir o sustento familiar. É fato que as mulheres negras sempre estiveram no lugar de cuidar, mas quem cuida de quem sempre cuidou?

A imposição do lugar social no trabalho para as brasileiras negras passou de geração em geração, de mãe para filha, como se o trabalho doméstico fosse hereditário para essa parcela da população. Quebrar esse círculo é uma missão que levará anos. Muitas domésticas são arrimo de família e sonham juntas dos filhos com o almejado Ensino Superior deles. O acesso ao diploma universitário é uma tentativa de quebrar essa hereditariedade de opressão e dor.

Arrisco dizer que a profissão trabalhadora doméstica não é respeitada e nem humanizada em razão de seus marcadores sociais: mulheres negras e periféricas. Se fosse outro gênero e cor provavelmente já tínhamos avançado, pois mesmo nessa função as mulheres brancas ainda ganham mais do que as negras. A luta é diária para o não apagamento de milhões de mulheres negras que fazem do trabalho doméstico o ganha pão diário.

É de extrema importância garantir o direito à voz e à existência, pois essas mulheres só são lembradas quando faltam em um dia de trabalho, nos restantes são invisibilizadas e apelidadas de “tia da limpeza”, “empregada”, “ajudante”, os sinônimos mudam, mas a lógica opressora permanece a mesma do período escravagista. O quartinho da empregada é a atual senzala moderna.



Preta Rara

Rapper, historiadora, turbanista, apresentadora e escritora. Seu projeto #EuEmpregadaDoméstica, que começou com um depoimento pessoal sobre abusos que sofreu da época em que era doméstica, abriu um novo espaço para o diálogo sobre as condições das trabalhadoras domésticas no país e deu origem a um livro com o mesmo nome. Foto: Divulgação

**Fogo!  
Queimaram  
Palmares  
Nasceu  
Canudos**

Fogo! Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos

Fogo! Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões

Fogo! Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher

Fogo! Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades  
que os vão cansar se continuarem queimando

Porque mesmo que queimam a escrita,  
Não queimam a oralidade  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados  
Mesmo queimando o nosso povo,  
Não queimarão a ancestralidade

*Nêgo Bispo*



Antônio Bispo dos Santos

Quilombo Saco-curtume  
em São João do Piauí (PI)  
Foto: Divulgação

■ SANDRA DE XADANTÃ

## Candomblé: cultura, memória e resistência negra

Os terreiros de Candomblé são eternos refúgios e ao mesmo tempo guardiões de uma cultura milenar trazida pelos negros escravizados no Brasil. A religião de matriz africana mantém diversos aspectos históricos, o que causa a impressão de que vivemos em dois mundos: o da nossa preservação e o da atualidade.

Nas casas de axé estamos protegidos pelo sagrado enquanto do lado de fora a falsa alforria continua, nos caçando por sermos filhos, netos, bisnetos e tataranetos de escravos negros, vindos para o território brasileiro em navios negreiros assoitados por brancos, que continuam a nos tratar da mesma forma até hoje.

Uma coisa é certa: quem não conhece o Candomblé e suas histórias e memórias, não sabe o que é o som do sagrado, o cheiro e o sabor do alimento que se misturou em nossa culinária brasileira; também não entende o capricho de mulheres com a goma da roupa em suas vestes. Tudo está lá, dentro da palavra Axé, essa força vital e espiritual onde nossa vida circula.

Resistimos, pois sabemos que nossa oralidade nos preserva, que nossos filhos ainda apanham assim como nossos ancestrais e seguimos com nossos cânticos, rezas, e fé. Temos que lembrar sempre o começo dos grandes quilombos urbanos que no passado abrigaram muitos de nossos antepassados e no presente nos abrigam. O axé carrega a garra da nossa negritude, não que não caiba outros adeptos, mas temos que lembrar todo o sacrifício vivido na pele preta para manter uma crença que sempre foi vista como demoníaca pela branquitude. Até a atualidade temos que explicar sobre nossa religião, enquanto todas as outras são mais facilmente aceitas.

Há quem romantize o culto quando o reduz à expressão cultural, mas não existe nada igual ao universo organizado do Candomblé, acolhedor e que dá frutos hoje em dia muito mais fortes e empoderados, pois vemos um retorno de seus filhos negros à religião ancestral. Infelizmente também vemos casas de axé serem depredadas, fechadas pela polícia que classifica nossos rituais como "barulho" por nossos nomes africanos em registros de nascimentos ou registros de casas.

Resistimos, somos feitos de um barro firme, não vão calar nossas vozes, pois o nosso sagrado de muitos deuses vive em nós. As casas de axé reúnem várias nações africanas, onde cada uma remonta um pedaço daquele continente contido em nós. Sejam banto, Jeje, nagô, iorubá, ijexá, efon, xambá, batuque, inkises, voduns e orixás, juntos com toda nossa sabedoria e vivência.

As frases antigas que ouvíamos se fazem cada vez mais presentes: "Use seu fio de contas que é para o vodun lhe proteger para que não seja visto pelos olhos maldosos dos vivos e dos invisíveis. Por onde andas leve seu atarê para chamar o sagrado para lhe guardar, uma vez que para eles fomos criados para não dar certo".

Agora vivendo essa resistência me orgulho de ser a mulher que sou porque nós não fomos ressarcidos pelas nossas terras, famílias deixadas para trás, por nossa cultura roubada e deturpada há séculos. Nós, pelo contrário, tivemos vozes, postura e sabedoria para manter nossa herança religiosa como um legado passado de pai e mãe para seus filhos.



Sandra de Xadantã

Sacerdotisa do Tambor de Mina,  
mestra em Cultura Popular e Kwê  
Mina Odan Axé Boço Dahô.  
Foto: Acervo Pessoal

HANAYRÁ NEGREIROS

# A moda como legado negro

A história das pessoas negras no Brasil e, consequentemente, seus corpos, memórias, modas e belezas, trazidos do continente africano forçadamente para as Américas, diga-se de passagem, não podem ser reduzidos somente a experiências e ao processo de escravidão.

É o que nos faz refletir a historiadora Beatriz Nascimento em entrevista ao documentário "O Negro da Senzala ao Soul", de 1977, produzido pela TV Cultura. Em sua fala, ela diz: "Para empreender um estudo crítico à respeito da história do negro e trazer ao mesmo tempo para o negro uma perspectiva do que foi a sua história real, é preciso partir da história deles como um grupo livre empreendendo uma sociedade livre".

A também historiadora Flávia Magalhães Pinto, professora do departamento de História da Universidade de Brasília, nos alerta para um fato semelhante, pensando que a escravidão não é o lugar de origem das pessoas negras e de que "precisamos exercitar a capacidade de imaginar o passado também a partir do sentimento e da experiência da liberdade".

Basta dedicarmos um pouco do nosso tempo em busca de jornais antigos para encontrarmos uma série de anúncios em que se indicavam mulheres negras "perfeitas costureiras de agulha e tesoura" para trabalharem como escravizadas em casas de moda. Não nos esqueçamos que os cuidados com as roupas, como lavar e engomar, eram trabalhos destinados a mulheres negras escravizadas, libertas e livres, na São Paulo do século 19.

Os ofícios manuais como os alfaiates e sapateiros para os homens negros não representavam maneiras de ganhar a vida em diáspora. Se ligava diretamente aos saberes ancestrais que se aprendiam ainda no continente africano. O insurgir negro, como a Revolta dos Alfaiates, deixou toda Bahia em polvorosa em 1798, quando os homens livres e alfaiates João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira foram dois dos quatro condenados (todos negros) por conspirarem contra a Coroa de Portugal.

Para começarmos a traçar algumas das histórias dos vestires afro-brasileiros, pensando inclusive no período pós-abolição, é preciso viajar no tempo e no espaço, chegando em África, um continente vasto e plural, com cosmologias, filosofias, tecnologias, estéticas e jeitos de estar em comunidade diversos. Um território que desde sempre produziu e que, mesmo atravessado pelos horrores e retrocessos do colonialismo, seguiu se reinventando no tempo. Pouco se fala, por exemplo, sobre os extensos e complexos sistemas que tecem os têxteis africanos no continente.

Pessoas negras têm a moda como assunto desde sempre e é preciso retirar as camadas arcaicas do racismo para perceber a presença fundamental negra no trajar brasileiro, seja nas artesanias manuais ou na permanência das formas e itens da indumentária presentes em trajes religiosos, Brasil afora e adentro, até hoje simbologias negras se fazem nas frestas da história. Pensemos aqui nas estruturas dos turbantes usados sobretudo por mulheres, que atualmente atualizam costumes ancestrais e percebem neste ato uma maneira de cuidado e reconexão por meio de um processo de tomada de consciência em uma sociedade racista.

Sempre existiram resistências e insurgências negras neste país e não foi a assinatura com a pena dourada portada pela princesa regente que fez com que mais de três séculos de exploração e violência para com pessoas



africanas e suas descendentes cessassem no Brasil. A pergunta que nunca quis calar foi sobre o dia 14 de maio e os demais momentos que se seguiram após a assinatura da Lei Áurea, que "aboliu" a escravidão em um tardio 1888.

Como ficaram as milhares de vidas negras libertas? E como os campos da moda e da beleza se relacionam com isso tudo? Lembremos da roupa bem passada, aquela que as nossas avós nos ensinaram ser elegante de vestir, no anseio daquele nosso tio, sempre preocupado com o cabelo e com o lustre dos sapatos, na tia que costurava para fora para sustentar a família.

Pensar nas relações da moda e da beleza com o período do pós-abolição é também rememorar as presenças negras que atravessaram séculos de violência, mas permaneceram por meio das oralidades, modos comunitários e jeitos de ser e estar em diáspora. Falar em moda no Brasil, dentre muitas coisas, é também sem dúvida alguma falar de heranças negras.



Hanayrá Negreiros

Mestra em Ciência da Religião (PUC-SP) e pesquisadora em moda, cultura e práticas curatoriais. Possui como principais áreas de estudo estéticas negras que se manifestam por meio do vestir, da cultura visual, religiosidades e memórias de família.

Foto: Felipe Torres

GABRIELA MENDES CHAVES

# Até quando os negros vão precisar vender o almoço para pagar a janta?

**"60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto mais um sobrevivente"**

O rapper Mano Brown, dos Racionais MCs, escreveu essa composição no fim da década de 1990. De lá para cá, pouca coisa mudou. Apesar de o Brasil ter passado por grandes transformações nas últimas décadas, se observarmos com atenção as estatísticas mencionadas em "Capítulo 4, versículo 3", a única que sofreu alterações significativas se refere ao ingresso de alunos negros no ensino superior. As políticas afirmativas implementadas nos últimos 20 anos criaram algumas frestas na segregação não declarada no Brasil, à revelia do genocídio em curso. É nesse contexto que a minha trajetória é escrita.

Se nos anos 90 a extrema pobreza fazia a "fórmula mágica da paz" de Brown ressoar como um sonho distante, os anos 2000 e suas políticas distributivas viabilizaram o acesso ao consumo (e ao endividamento) por parte de pessoas que foram historicamente excluídas do mercado interno. "Sobreviver no inferno" é a única opção colocada para a população negra desde o dia seguinte à abolição.

O século 21 chegou com grandes promessas de conquistas que nos possibilitariam dignidade para seguir "vivão e vivendo", mas a realidade ainda é indigesta. É preciso reconhecer que as transformações econômicas do país ressoaram sobre a população negra e periférica, mas nenhuma foi capaz de alterar a desigualdade estrutural entre brancos e negros no Brasil. No ano 21, do século 21, ainda vemos negros morrerem em uma proporção maior que a parcela branca, sem falar na disparidade salarial, violência policial, insegurança alimentar e nos problemas de infraestrutura básica, como a falta de acesso ao saneamento básico.

Poder de compra, ascensão social e emancipação não são sinônimos. Os caminhos percorridos pela população negra brasileira desde o dia 13 de maio de 1888 demonstram que a emancipação negra passa, necessariamente, por uma discussão econômica. É fato que a escravidão provocou um empobrecimento massivo da população afro-brasileira. Daqui do início do século 21, podemos apurar que no primeiro trimestre de 2020, o rendimento médio das pessoas brancas foi de 3.020 reais, enquanto a renda média da população negra girou em torno de 1.712 reais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É desse contexto de desigualdade e racismo estrutural que falamos sobre educação financeira. A educação financeira é um passaporte para compreensão dos mecanismos de funcionamento da economia capitalista. Trata-se do resgate de estratégias de resistência da comunidade afro-brasileira desde os tempos coloniais. Não se trata de uma promessa de enriquecimento rápido. Empoderamento financeiro se refere à conquista de autonomia econômica. Significa compreender as estruturas para, a partir de então, incidir sobre elas. Quando Brown disse achar que "todo preto como eu só quer um terreno num mato só seu, sem luxo, descalço, nadar no riacho", ele estava totalmente correto. Por que depois de tantos anos, seguimos lutando tanto pela possibilidade de sobreviver? Até quando vamos precisar vender o almoço para pagar a janta? Os últimos anos podem não ter alterado a estrutura do racismo e da desigualdade no Brasil, mas permitiram que pessoas como eu pudéssemos atravessar a ponte e trazer ferramentas novas para casa. Não temos o domínio da estrutura, mas estamos aprendendo "quanto vale o show" e quem nos deve.



Gabriela Mendes Chaves

Economista (PUC-SP), mestra em Economia Política Mundial (UFABC), fundadora da NoFront – Empoderamento Financeiro, plataforma que ensina economia e finanças a partir de músicas de RAP. Também é membra da South Feminist Futures e autora do livro "Economia do Setor Público". Foto: Monica Silva

2021



O DIA SEGUINTE

PASSEATA CONTRA FARSA DA ABOLIÇÃO  
ZUMVI

1888



# O DIA SEGUINTE



1888  2021

## Programação Cultural CCSP O Dia Seguinte



### 14.05

**DANÇA**  
Verso Dançado  
Instagram

**TEATRO ADULTO**  
Um Certo Olhar  
Os Crespos  
Youtube

**AÇÃO CULTURAL**  
História da Disputa:  
Disputa da História  
Facebook (ao vivo)

**MODA**  
Axé  
Isaac Silva + Neon Cunha  
Instagram (IGTV)

**MODA**  
Moda afro-brasileira:  
um legado não reivindicado?  
Hanayrá Negreiros, Cynthia  
Mariah e Wanessa Yano  
Youtube

**TEATRO ADULTO**  
14 de Maio  
Dramaturgia: Allan da Rosa  
Youtube (ao vivo)

**MÚSICA**  
Show - Lazzo Matumbi  
Youtube

**ARTES VISUAIS**  
Curta-documentário:  
Black Pipe + Cartografia Negra  
O dia Seguinte  
Instagram (IGTV)

**ARTES VISUAIS**  
Projetando Consciência: Coletivo  
Coletores + Alberto Pitta  
Talude CCSP | Rua Vergueiro

### 15.05

**DANÇA**  
Verso Dançado  
Instagram

**ARTES VISUAIS**  
Curta-documentário:  
Black Pipe + Cartografia Negra  
O dia Seguinte  
Instagram (IGTV)

**AÇÃO CULTURAL**  
História da Disputa:  
Disputa da História  
Facebook (ao vivo)

**TEATRO ADULTO**  
Um Certo Olhar  
Os Crespos  
Youtube

**MÚSICA**  
Mesa - Rota dos Tambores  
Youtube (ao vivo)

**MÚSICA**  
Mostra - Rota dos Tambores parte I  
Youtube

**TEATRO ADULTO**  
14 de Maio  
Dramaturgia: Allan da Rosa  
Youtube (ao vivo)

**ARTES VISUAIS**  
Projetando Consciência: Coletivo  
Coletores + Alberto Pitta  
Talude CCSP | Rua Vergueiro

### 16.05

**DANÇA**  
Verso Dançado  
Instagram

**CINEMA**  
Afrofuturismo  
Aula aberta Kenya Freitas  
Instagram (ao vivo)

**ARTES VISUAIS**  
Curta-documentário:  
Black Pipe + Cartografia Negra  
O dia Seguinte  
Instagram (IGTV)

**DANÇA**  
O Samba do Criolo Doido  
Youtube

**TEATRO ADULTO**  
Um Certo Olhar  
Os Crespos  
Youtube

**AÇÃO CULTURAL**  
História da Disputa:  
Disputa da História  
Facebook (ao vivo)

**MÚSICA**  
Mostra - Rota dos Tambores parte II  
Youtube (pré gravado)

**TEATRO ADULTO**  
14 de Maio  
Dramaturgia: Allan da Rosa  
Youtube (ao vivo)

**ARTES VISUAIS**  
Projetando Consciência: Coletivo  
Coletores + Alberto Pitta  
Talude CCSP | Rua Vergueiro





Publicação O Dia Seguinte

Curadoria  
RAY CARVALHO

Produção Executiva  
SYLVIA MONASTERIOS

Edição e Revisão  
NATALY SIMÕES

Projeto Gráfico e Identidade Visual  
LUCAS CANDIDO

Ilustração  
THIAGO LIMÓN

Fotografia  
ARQUIVO ZUMVI

Textos  
GABI MENDES  
HANAYRÁ NEGREIROS  
HÉLIO MENEZES  
JULIANA BORGES  
MÃE SANDRA DE XADANTÃ  
NABOR JR.  
NÊGO BISPO  
PRETA RARA  
RAY CARVALHO

Prefeito de São Paulo  
BRUNO COVAS

Secretário Municipal de Cultura  
ALÊ YOUSSEF

Centro Cultural São Paulo

Diretora  
ERIKA PALOMINO

Supervisor Geral  
RODOLFO BELTRÃO

Supervisão de Curadorias  
NERIE BENTO

Curadoria de Artes Visuais  
HÉLIO MENEZES  
MARIA ADELAIDE PONTES

Assistência de curadoria  
RAY CARVALHO

Produção  
SYLVIA MONASTERIOS  
MARLLON CAETANO

O DIA SEGUINTE

Realização



Instagram  
@ccsp\_oficial

YouTube  
/centroculturalsaopaulocsp

